

**À sombra da cidadania:  
alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia<sup>1</sup>**

Suely Rolnik<sup>2</sup>

"Cidadania" tem sido uma palavra-chave do discurso que se reivindica como democrático. Colocar a alteridade à sombra da cidadania pode soar estranho, já que a idéia de cidadania está imediatamente associada a reconhecimento e respeito pelo outro, pelo menos no que se refere a direitos civis. A democracia se define exatamente como um regime no qual a soberania pertence ao conjunto dos cidadãos - que, em princípio, são todos os membros de uma sociedade: todos considerados indivíduos, iguais em seus direitos perante a lei, independentemente de classe, cor, sexo ou religião.

Estamos tão habituados a considerar que o alvo por excelência de uma vontade política de melhorar a qualidade da existência individual e coletiva é a conquista da democracia (e, implicitamente, do estatuto de cidadão para todos), que é difícil pensar que tal melhora possa implicar algo mais do que esse tipo de conquista, sobretudo num país como o nosso, distante ainda até desse "mínimo".

No entanto, não podemos deixar de constatar que, mesmo nos países "politicamente corretos" nesse aspecto - ou seja, países em que o direito de cidadania está assegurado senão para todos, pelo menos para a grande maioria (refiro-me a alguns dos países do chamado "Norte") -, a conquista referida não assegurou uma qualidade de vida individual e coletiva satisfatória. Que se pense, por exemplo, nos problemas apontados por movimentos ecológicos no que diz respeito ao meio ambiente físico, e que podem ser estendidos ao meio ambiente social e subjetivo.

Os impasses em que atualmente se encontra o planeta nos forçam a repensar o que quer dizer melhorar a qualidade da existência individual e coletiva. Se estar interessado por esse tipo de coisa é um tipo de atitude que se costuma chamar de "progressista", o que precisamos repensar é o sentido dessa palavra na atualidade, para além do politicamente correto. Isso nos leva forçosamente a nos interrogarmos sobre a própria idéia de "democracia", na intenção de problematizá-la, enriquecê-la ou, quem sabe, reinventá-la.

Para desenvolver esse tipo de interrogação, proponho que nos situemos no âmbito de uma ecologia da subjetividade e problematizemos o conceito de "outro" implicado tanto na noção de democracia quanto na noção de homem como

cidadão: o outro, deste ponto de vista, é uma unidade (um indivíduo) juridicamente circunscrita, composta por um conjunto de direitos e deveres definidos por lei. Aliás, esse mesmo conceito de outro está presente na palavra "ética", que tem sido igualmente evocada, no discurso que se reivindica como democrático, ao lado da palavra cidadania: "ética", nesse contexto, refere-se ao respeito pelos direitos e deveres de todos, respeito pelas leis que regulamentam tais direitos e deveres.

Para problematizarmos a questão do outro no âmbito de uma ecologia da subjetividade, proponho que façamos uma breve incursão pelo campo da Física, por mais estranho que isso possa parecer. É importante esclarecer que não estarei tomando a Física como fonte de modelos veiculadores de uma suposta verdade que eu aplicaria ao campo da subjetividade para, com o aval da Ciência, legitimar as idéias que pretendo aqui esboçar.

Nos aventurarmos pela Física servirá apenas como fonte de instigantes ressonâncias com as questões que se colocam no campo da subjetividade, na intenção de que tais ressonâncias funcionem como facilitadoras de elaboração na medida em que propiciam um certo distanciamento do campo. Por estar exclusivamente circunscrita a esse objetivo, nossa incursão pela Física será mais do que superficial e, evidentemente, não proporcionará uma visão apurada da paisagem.

### **Ordem, caos e equilíbrio na Física**

Na Física clássica entendia-se tanto o mundo como os corpos que o compõem como uma espécie de relógio, funcionando com regularidade através de um mecanismo estável. Ordem e equilíbrio eram vividos e entendidos como sinônimos.

No século XIX, com a Termodinâmica, ordem e equilíbrio deixam de ser considerados sinônimos; passa-se a reconhecer que o mundo não é estável, que ele não é igual a si mesmo. Para essa concepção não é neutra a coexistência dos corpos no mundo: tal coexistência produz em cada corpo dissipação de energia, turbulências e transformações irreversíveis. No entanto, nesse modelo entende-se a instabilidade intrínseca do mundo como um processo irreversível de destruição (a morte térmica, segundo a lei da entropia). Em outras palavras, no século passado se reconhece a turbulência, o caos, a irreversibilidade, mas como negativos da ordem: a ordem ainda é o parâmetro.

Já na Física contemporânea não mais se coloca de um lado ordem e estabilidade associadas a equilíbrio e, de outro, turbulência e caos associados a desequilíbrio. O caos não só deixa de ser pensado como um processo irreversível de destruição, mas passa a ser entendido como portador virtual de uma irreversível complexificação do mundo, da qual a destruição é apenas uma das possibilidades<sup>3</sup>. Ou seja, já não se entende o caos, a dissipação de uma ordem, como seu negativo, e sim como uma dimensão na qual se engendra a processualidade do mundo: o movimento permanente de decomposição das ordens vigentes e de composição de novas ordens, em múltiplas direções, imprevisíveis. Em outras palavras, hoje a ordem deixou de ser o parâmetro. Ordem e caos passaram a ser pensados como indissociáveis: há sempre ordem e caos ao mesmo tempo; do caos estão sempre nascendo novas ordens; a processualidade é intrínseca à ordem.

### **Alteridade: caos e devir-outro**

Se deixamos a Física um pouco de lado e nos dispusermos a ouvir suas ressonâncias na questão que aqui nos interessa, poderemos vislumbrar que o fato de a processualidade ser intrínseca à ordem é efeito da existência do outro: é na coexistência entre os corpos que se produzem turbulências e transformações irreversíveis em cada um deles. Mas que concepção de outro é esta que nos permite fazer tal afirmação?

Numa primeira aproximação, mais óbvia, o outro é tudo aquilo (humano ou não, unitário ou múltiplo) exterior a um eu. Isso é o que se apreende no plano do visível, captável pela percepção: há nesse plano uma relação entre um eu e um ou vários outros (não só humanos, repito), unidades separáveis e independentes.

No entanto, a realidade não se restringe ao visível e a subjetividade não se restringe ao eu: à sombra disso tudo, no invisível, o que há é uma textura ontológica que vai se fazendo de fluxos e partículas que constituem nossa composição atual, conectando-se com outros fluxos e partículas com os quais estão coexistindo, somando-se e esboçando outras composições. Tais composições, a partir de um certo limiar, geram em nós estados inéditos, inteiramente estranhos em relação àquilo de que é feita a consistência subjetiva de nossa atual figura. Rompe-se assim, irreversivelmente, o equilíbrio dessa nossa figura, tremem seus contornos. Podemos dizer que a cada vez que isso acontece há uma violência, vivida por nosso corpo em sua forma atual, que nos desestabiliza e nos coloca a exigência de criarmos um novo corpo - em nossa

existência, em nosso modo de sentir, de pensar, de agir etc. - que venha encarnar o estado inédito que se fez em nós, a diferença que reverbera à espera de um corpo que a traga para o visível. E a cada vez que respondemos à exigência imposta por um desses estados - ou seja, a cada vez que encarnamos uma diferença - nos tornamos outros.

Se levarmos em consideração essa dimensão invisível da alteridade, torna-se impossível pensar a subjetividade sem o outro, já que o outro nos arranca permanentemente de nós mesmos. A dimensão invisível da alteridade é o que extrapola nossa identidade - essa unidade provisória onde nos reconhecemos -, dimensão em que estamos dissolvidos nos fluxos e na qual se operam permanentemente novas composições que, a partir de um certo limiar, provocam turbulência e transformações irreversíveis no atual contorno de nossa subjetividade. Ora, do que estamos falando senão do próprio caos? A alteridade vista da perspectiva do invisível é, portanto, o próprio caos, bem como os devires-outro que aí se engendram.

Assim a alteridade (e seus efeitos), embora invisível, é real: nossa natureza é essencialmente produção de diferença e a diferença é gênese de devir-outro. Se consideramos que a processualidade é esse devir-outro - ou seja, a corporificação, no visível, das diferenças que vão se engendrando no invisível -, ganha maior consistência a idéia de que a processualidade é intrínseca à(s) ordem(ns) que nos constitui(em).

### **Da diferença identitária à produção de diferenças**

Voltemos agora à Física para imaginarmos o deslocamento que a noção de alteridade sofre ao longo das três concepções aqui apresentadas, situando-nos do ponto de vista de uma ecologia da subjetividade e tendo como parâmetro a noção de alteridade acima esboçada.

Para a Física clássica só existem os corpos em sua atual configuração, ocupando cada corpo um lugar e uma função no todo, sempre igual a si mesmo. Nessa mecânica de corpos, o outro só existe do ponto de vista do visível. Mas se tomarmos como parâmetro a alteridade do ponto de vista do invisível - ou seja, como caos e devir-outro -, podemos dizer que estamos diante de uma espécie de mundo sem alteridade.

Com a Termodinâmica, a dimensão invisível da alteridade passa a ser reconhecida, só que entendida e vivida como fonte de destruição.

Já na Física contemporânea a alteridade deixa de ser entendida e vivida como fonte de destruição: a alteridade agora é entendida e vivida como dimensão na qual se opera uma permanente produção de diferença, cujo efeito é uma complexificação cada vez maior do mundo. Isso não quer dizer que passou-se a negar a existência da destruição: apenas deixou-se de considerar a destruição como destino único, para situá-la como uma das possibilidades nessa produção.

### **Alteridade e processo de subjetivação**

Deixando novamente a Física de lado, para escutar mais depuradamente suas ressonâncias no campo que aqui nos interessa, podemos supor que juntamente com o deslocamento do estatuto atribuído à alteridade, operam-se mudanças significativas no próprio modo de subjetivação: essa abertura para a alteridade enquanto caos e devir-outro que estaria se operando no contemporâneo implica certamente a conquista de uma abertura também na subjetividade. Em que consistiria tal abertura?

É uma abertura que depende da capacidade de suportarmos o fato de que não somos apenas um corpo que funciona isoladamente, uma individualidade igual a si mesma - em suma, uma identidade na qual nos reconhecemos - , mas que para além dessa individualidade somos também um permanente processo de subjetivação, um permanente devir-outro, em que mudam os contornos do campo em que nos reconhecemos. Em outras palavras, é uma abertura que depende de suportarmos o caos, próprio da dimensão invisível da alteridade; de suportarmos a violência das diferenças que aí se engendram, sem associá-la ao perigo de desintegração, de modo que o caos deixe de ser tão aterrador.

Ora, é da perspectiva de uma subjetividade restrita a um eu (sua dimensão visível) que o caos, a alteridade, a diferença são vividos como portadores de desintegração: assim, a abertura que estaria se operando na subjetividade é na direção de um aquém e um além do eu.

Mas como a realidade nessa dimensão é invisível, o abrir-se para ela implica necessariamente uma abertura também no campo do pensamento, de forma a conquistar um acesso ao invisível: mais do que simplesmente uma mudança de concepção, faz-se necessária a conquista de um outro tipo de prática do pensamento.

### **O pensamento, o invisível, o inconsciente**

O trabalho de pensamento que se impõe aqui não pode se limitar às condições dadas por uma consciência totalizante/totalitária, associada à representação de um eu naturalizado. Mas que estatuto estou atribuindo à consciência, e o que quero dizer com consciência totalizante/totalitária?

A consciência é a dimensão de nossa subjetividade que nos dá a possibilidade de nos guiarmos neste mundo, mas apenas em sua constituição vigente, em sua visibilidade - ou seja, a consciência é um instrumento de conhecimento do visível; o recurso que ela nos oferece é o de conhecer, através da representação, a cartografia de nosso atual território de existência. Enquanto que o inconsciente é a dimensão da subjetividade mergulhada no invisível da alteridade, como caos e como devir-outro - ou seja, o inconsciente é a dimensão onde se produzem as diferenças, nosso desassossego.

A consciência não tem o poder de alcançar o invisível da produção de diferença, mas apenas os efeitos dessa produção. O que a consciência pode é se deixar ou não desestabilizar pela violência causada pelas diferenças produzidas no inconsciente.

Uma consciência torna-se totalizante/totalitária quando dominada pela tendência a não se deixar desestabilizar pelas diferenças e a tomar o eu, especialmente em sua atual figura, como sendo a natureza toda da subjetividade. Quando isso acontece, o trabalho de pensamento fica inteiramente a serviço da reprodução desse eu.

É somente quando a consciência se deixa desestabilizar pelas diferenças que se ativa no pensamento a potência de alcançar o invisível. Só que a ativação dessa potência depende de incorporarmos à prática do pensamento a apreensão por sensação, por afecto, que é o que lhe dá acesso ao inconsciente. O pensamento, nesse caso, passa a ser o próprio trabalho cartográfico do inconsciente: uma prática em que se criam universos de referência para novos modos de existência que venham encarnar diferenças - ou seja, novas cartografias para novos territórios de existência individual e coletiva.

O que estamos chamando de prática do pensamento consiste, portanto, num trabalho que opera a passagem entre a consciência e o inconsciente, a representação e a sensação (os afectos), o atual e o virtual, os territórios existenciais e o caos - em síntese, pensar consiste fundamentalmente em fazer a passagem entre a realidade visível e o que se passa à sua sombra.

É importante deixar claro que essa passagem não tem nada a ver com tornar manifesta uma representação oculta, já que a noção de inconsciente tal como a estamos utilizando não é da ordem do oculto e muito menos da representação: é de uma outra ordem o que se passa na sombra. A passagem de que se trata aqui é a de um mergulho no invisível das sensações e de sua atualização em alguma forma de expressão a ser criada. Nessa travessia, o que acontece na consciência não tem nada a ver com uma incorporação de representações até então ocultas, mas sim com uma necessidade de operar com novas formas de expressão, com cartografias até então inexistentes.

É importante deixar claro também que praticar o pensamento por sensação ou afecto nada tem de primitivo ou de espontâneo. Ao contrário, a dimensão invisível da alteridade (o caos), à qual só se tem acesso pela via da sensação, é hipercomplexa: um incessante movimento de atração e repulsa de fluxos e partículas, que gera uma incessante produção de diferenças, cujo efeito é uma não menos incessante perda de sentido das formas vigentes e invenção de novas formas. Portanto, a passagem de que se trata aqui não é entre a ordem e a desordem, mas sim entre a complexidade do caos ou das nascentes e a complexidade dos territórios existenciais. Passagem também entre ordens efêmeras, "estruturas distantes do equilíbrio"<sup>4</sup>.

### **Homem da moral e homem da ética**

Mudança na concepção de alteridade: abertura para sua dimensão invisível de caos e de devir-outro. Mudança na prática do pensamento: ativação de sua potência de acesso ao invisível e de apreensão por afecto e sensação. Mudança no estatuto da consciência que deixa de ser totalizante/totalizadora: ativação de sua potência de se deixar desestabilizar pelas diferenças. Estar-se-ia operando um processo de mudança no modo de subjetivação que predominou na modernidade, marcado pela hegemonia por vezes tirânica de um certo vetor que proponho chamar de "homem da moral": nossa subjetividade estaria deixando de se limitar ao vetor homem da moral para ativar um outro vetor, que proponho chamar de "homem da ética"<sup>5</sup>.

O homem da moral que nos habita é o vetor de nossa subjetividade que transita no visível: é ele que conhece os códigos, isto é, o conjunto de valores e regras de ação vigentes na sociedade em que estamos vivendo; ele guia nossas escolhas, tomando como referência tais códigos - daí porque chamá-lo de "moral".

É o homem da consciência: o operador de nosso funcionamento no mundo vigente, e enquanto tal é essencial para nossa sobrevivência.

O homem da ética que nos habita (mesmo que, quase sempre, muito timidamente) é o vetor de nossa subjetividade que transita no invisível: é ele que escuta as inquietantes reverberações das diferenças que se engendram em nosso inconsciente e, a partir daí, nos leva a tomar decisões que permitam a encarnação de tais diferenças em um novo modo de existência, tanto no sentido de fazer novas composições quanto no de desmanchar composições vigentes. É o homem do inconsciente: operador da produção de nossa existência como obra de arte. Ele também guia nossas escolhas, só que selecionando o que favorece e o que não favorece a vida, tendo como critério a afirmação de sua potência criadora - daí porque chamá-lo de "ético".

O problema que se coloca aqui não diz respeito a um questionamento da existência do homem da moral; isso seria um falso problema, pois não há vida sem sobrevivência - e, portanto, não há vida sem a atividade desse vetor em nossa subjetividade. O problema que se coloca aqui diz respeito à superação de uma subjetividade restrita a esse vetor. Por quê? Novamente, recorrer aqui às ressonâncias que encontramos na Física pode ser fecundo.

### **A arriscada redução ao homem da moral**

Podemos dizer que ter uma subjetividade restrita ao homem da moral é estar próximo da concepção mecânica (hegemonia absoluta do homem da moral) ou, numa versão mais amenizada e mais contemporânea, é estar próximo da concepção termodinâmica (hegemonia do homem da moral mais nuançada, temperada por uma certa ativação do homem da ética, ainda que incipiente).

Explico: na concepção mecânica, só está em funcionamento o acesso ao visível, daí se tomar a ordem atual de si mesmo e do mundo como a própria natureza. Não há qualquer espécie de escuta para as dissonâncias introduzidas pelas diferenças que vão se produzindo. Enquanto que na concepção termodinâmica esta escuta já começa a se esboçar: como vimos é uma subjetividade que reconhece a alteridade com seu efeito de instabilização, só que a vive como anunciadora de um perigo de desintegração de sua suposta identidade (seu atual contorno, naturalizado) e então se aterroriza.

Para não sucumbir ao efeito do terror, esse tipo de subjetividade se constrói na base de uma defesa contra a alteridade: ao invés de desenvolver-se a



capacidade incipiente de apreender o além das formas constituídas e visíveis, opta-se por fazer uma dissociação do inconsciente e ficar reduzido à consciência, numa vã tentativa de ainda manter a ordem como parâmetro fundamental.

É evidente que tal estratégia não consegue estancar a produção de diferenças, que se fazem à sombra da ordem vigente, nem evitar a violência do estranhamento que estas introduzem na subjetividade: é preciso lidar com isso de alguma forma. Mas como é o acesso ao inconsciente o que nos permite alcançar a diferença e situar a causa do mal-estar, e como é exatamente esse acesso o que se encontra bloqueado neste modo de subjetivação, a tarefa de lidar com o mal-estar acaba sendo delegada à consciência. Mas a consciência não consegue alcançar as causas das turbulências que lhe chegam do invisível provocadas pelas diferenças, ela só consegue alcançar as diferenças quando já atualizadas no visível (seus efeitos). Então, para encontrar alguma forma de resposta a essas turbulências, sem que isso venha colocar em risco a ilusão de uma ordem estável do eu, o que a consciência faz é tomar o efeito pela causa. A consciência passa a interpretar os efeitos à luz dos códigos morais, sua única referência, e com isso constrói um mundo imaginário onde as turbulências ganham algum sentido.

### **Uma subjetividade sentinela-zumbi, nossa neurose**

É verdade que essa estratégia alivia porque permite alguma forma de organização da subjetividade diante do mal-estar. Mas, por outro lado, constitui-se uma espécie de subjetividade-sentinela, incumbida de fazer um plantão sem trégua para evitar que o mal-estar, não problematizado, venha a comprometer seriamente seu equilíbrio. É que quando o mal-estar não é problematizado - ou seja, quando não é acolhido como sinal de uma diferença que pede escuta e a criação de um corpo que a encarne -, ele continua necessariamente a reverberar e a fazer pressão: a cada vez que isso acontece, por desconhecer a origem do ataque, a sentinela se assusta e reage às cegas, como uma espécie de zumbi.

Podemos dizer que esse tipo de subjetividade sentinela-zumbi (nossa neurose) é tutelado pelo terror. É uma subjetividade reificada, uma espécie de espaço inerte, miragem de uma suposta unidade, construída na base de uma dupla exclusão: exclusão da alteridade enquanto caos e, indissociavelmente, enquanto devir-outro. Uma subjetividade construída na base da desmobilização do caráter processual da existência.

O que essa subjetividade sentinela-zumbi não compreende é que o caos só é fatal exatamente quando nos recusamos a admiti-lo em sua positividade: surdo ao apelo de invenção de sentido, quando é isso o que se impõe para garantir a potência criadora da vida, esse tipo de subjetividade agirá mobilizado pela vontade de sabotar todo e qualquer movimento de criação. Obstruídas as saídas, a vida fica acuada e, aí sim, há grandes chances de se produzirem situações devastadoras: é que a qualidade da vida tem a ver com o grau com que esta se afirma em sua potência criadora, e esse grau depende do quanto se está encontrando modos de expressão para as diferenças que vão se produzindo nas misturas do mundo, as quais se fazem à sombra de suas formas visíveis.

O feitiço vira contra o feiticeiro: neste modo de subjetivação se quer evitar uma imaginária destruição de que o outro seria portador, através dos também imaginários poderes da consciência, mas o que acontece é que aí é que se corre seriamente o risco de se expor a perigos reais de destruição. Não seria algo desta ordem o que está se passando, com certa intensidade, nos dias de hoje?

### **Para além do terror, uma nova suavidade: a ativação do homem da ética**

De tanta bobagem que a surdez ao invisível de nossa alma demasiadamente restrita ao homem da moral nos fez fazer, a destruição hoje está presente o bastante para que seja impossível ignorá-la. O impacto dessa situação força nossa subjetividade a sustentar-se numa ampliação: ativar o homem da ética, ressuscitá-lo (e às vezes até suscitá-lo, de tão inexistente) para aquém e para além do homem da moral que temos necessariamente que ser.

Constituir uma subjetividade em que se encontra o mais ativo possível o homem da ética é estar próximo daquilo que vimos através da concepção contemporânea da Física: é um tipo de homem que entendeu que ordem e caos são indissociáveis e que aquilo que inquieta sua consciência é uma diferença que se engendrou no caos, à sombra da ordem atual; por isso a inquietação para ele não é o aterrador sinal de sua possível destruição, mas o apelo de uma necessidade de criar que se impõe no invisível campo dos afectos. E ele se dispõe a acolher esse apelo; mais do que isso, ele deseja acolhê-lo.

Por desejar abrir-se para o invisível da alteridade, esse tipo de subjetividade não mais necessita restringir-se à consciência. Isso altera o estatuto da própria consciência: como vimos, ativa-se sua potência de deixar-se atacar

pelas turbulências que as diferenças provocam e de digerir tais turbulências. A sentinela pode finalmente depor as armas, tornou-se desnecessário seu plantão.

Mas a coisa não pára por aí: a consciência pode ir mais longe e ativar ainda sua potência de acolher as modificações de cartografia da paisagem subjetiva e objetiva que o pensamento cria, potência de operar nossa circulação em cada uma dessas novas cartografias, potência de recuperar a calma até o surgimento de novas turbulências.

Se os modos de subjetivação são composições variadas dos vetores homem da ética e da moral em diferentes graus de ativação, o modo que estamos focalizando se caracteriza por conseguir derrubar a ditadura do homem da moral, ativar o homem da ética e funcionar com esses dois vetores ao mesmo tempo. Essa co-ativação, no entanto, não é absolutamente pacífica: o homem da ética vai dando seus saltos a cada aparecimento de uma diferença; e a cada vez que isso acontece o homem da moral é sacudido em sua rotineira tarefa de guia turístico de uma paisagem estável, e se vê obrigado a aprender a operar numa paisagem desconhecida. É como se o homem da ética fizesse o homem da moral entrar em transe a cada um de seus inesperados saltos<sup>6</sup>.

A reação do homem da moral a esse desassossego é variável: da alegria de ser o operador de uma existência construída como obra de arte ao enrijecimento, quando o transe ultrapassa um certo limiar de suportabilidade (é nessas ocasiões que se atribui à consciência a tarefa de lidar com as turbulências e se reativa toda aquela construção de um mundo imaginário, nossa sentinela-zumbi, nossa neurose).

Não se trata, no entanto, de alcançar uma coexistência pacífica entre esses dois vetores da subjetividade, mesmo porque isso é impossível; trata-se de suportar o caráter necessariamente tumultuado dessa co-ativação. Suportar esse desassossego traz uma espécie de suavidade: a suavidade de poder depor as armas, relaxar o plantão. Mais fundamentalmente, essa suavidade é o tom de voz da subjetividade nos momentos privilegiados em que consegue afirmar-se sua potência de transmutação.

### **Ética, cidadania e alteridade**

Dispomos agora de elementos suficientes para problematizar nossa questão principal - por que colocar a alteridade à *sombra* da cidadania? -, questão que nos propusemos pensar pela via da problematização do conceito de outro,

implicado tanto na idéia de cidadania quanto na idéia de ética, palavras-chave de qualquer discurso que se apresenta como democrático nos dias de hoje.

Se ser ético tem a ver com a ativação de um certo vetor da subjetividade, vimos que o que define esse vetor é ter o caráter criador da vida como critério de valor e não qualquer espécie de forma que a vida tenha tomado ou venha a tomar. O compromisso de uma subjetividade em que o homem da ética está ativo não pode ser simplesmente com o cumprimento de um conjunto de normas - as normas, por exemplo, que determinam os direitos e deveres dos membros de uma sociedade; esse tipo de compromisso, importante sem dúvida, tem a ver com o vetor moral da subjetividade que não é suficiente para conquistar uma melhor qualidade de existência, na medida em que não inclui a consideração daquilo que se impõe como diferença no invisível e que exige criação (inclusive no campo das normas).

Parece que é principalmente nesse sentido (moral) que o termo "ética" vem sendo empregado no discurso progressista. Tem havido, nesse tipo de discurso, uma certa confusão entre os conceitos de ética e de moral, o que denota uma espécie de paradoxo no modo de subjetivação que o vem pronunciando: no plano macropolítico - plano visível das formas e normas vigentes -, trata-se sem dúvida de um modo progressista (politicamente correto); no entanto, no plano micropolítico - plano invisível da produção das diferenças -, é como se, em algum grau, ainda vigorasse uma ditadura do homem da moral.

O mesmo pode ser pensado com relação ao conceito de cidadania. É evidente que estar comprometido com uma vontade de melhorar as condições de existência passa pela reivindicação do direito de cidadania assegurado para todos. É evidente também que essa reivindicação continua a ser fundamental na medida em que uma massa imensa de indivíduos estão excluídos desse direito (muitas vezes a um tal ponto que tal exclusão chega a colocar em risco sua própria sobrevivência; e mesmo os que têm acesso maior a esse direito têm que estar constantemente atentos para preservá-lo). Da conquista desse direito a consciência dá conta, e podemos mesmo dizer que ela é o principal instrumento de que dispomos para sua viabilização. Há até uma expressão no velho jargão de esquerda que designa exatamente isso: "tomada de consciência", isto é, ativação da capacidade que tem a consciência de conhecer os direitos e deveres a que todos deveriam ter acesso, assim como de permitir, aos excluídos de tais direitos, perceber sua exclusão e lutar por seu estatuto de cidadão. A "tomada de consciência" é uma arma necessária e talvez até suficiente na luta contra essa

situação de *apartheid* dos direitos de cidadania. Tal luta é da alçada do homem da moral que nos habita e tem a ver com o outro da perspectiva do visível, no qual se reconhece um cidadão, indivíduo portador de direitos e deveres que devem ser respeitados.

Até aqui, nenhum problema. A reivindicação desse direito só passa a ser questionável quando se reduz a isso a definição de uma atitude progressista<sup>7</sup> - ou seja, quando se está sob o domínio de uma ditadura do homem da moral. É que o outro do cidadão é pura diferença identitária, e essa reivindicação em nada garante a abertura para a alteridade enquanto caos onde se engendram diferenças e enquanto devir-outro que se faz como expressão dessas diferenças, abertura tão essencial para a afirmação da vida em sua potência criadora. Esse tipo de abertura é a que o vetor homem da ética ativa na subjetividade: abrir-se para a alteridade da perspectiva desse homem é abrir-se para a virtual diferenciação engendrada no encontro com o outro, tornar-se um veículo de atualização dessa diferença, um veículo de criação de novos modos de subjetivação, novos modos de existência, novos tipos de sociedade.

### **A tomada do inconsciente e a vida como obra de arte**

Se o inconsciente é propriamente essa dimensão da alteridade onde se engendram as diferenças, podemos dizer que ao lado da tomada de consciência, faz-se necessária uma "tomada do inconsciente", isto é, uma ativação do inconsciente de modo a criar condições de fazer escolhas que sejam operadoras de processualidade. É mais "processo" do que "progresso" - ou, em todo caso, é processo *além* de progresso - o que norteia esse modo de subjetivação em que se ativou o homem da ética, em sua vontade de cuidar da qualidade da existência individual e coletiva.

É evidente que com isso não estou defendendo a idéia de que não se trataria de conquistar o direito à cidadania, e muito menos que tal conquista anularia necessariamente a possibilidade de abertura para a alteridade e o devir-outro: o desafio que se coloca hoje está, a meu ver, em não confundir essas dimensões da realidade, e sobretudo em não reduzir a realidade a alguma delas, pois é grande o custo de qualquer um desses reducionismos.

No modo de subjetivação em que tanto o homem da ética quanto o homem da moral encontram-se ativos, para além de um respeito pelo outro em sua diferença (identitária, no caso) - atitude propriamente democrática, no sentido

tradicional -, passa-se a desejar a alteridade em sua dimensão invisível, desejar essa condição que nos obriga a nos diferenciarmos de nós mesmos: uma espécie de amor pelo desconhecido e pela incerteza criadora. É justamente essa espécie de amor que define esse modo como ético: amor pelo devir, devir do social, indissociável de um devir da subjetividade; amor pela existência individual e coletiva concebida e praticada como obra de arte - em suma, uma nova suavidade.

Se dá para falar em "reinvenção da democracia", seria algo desta ordem. Um modo de subjetivação feito da ativação da potência do homem da ética de escutar o inconsciente com sua produção de diferenças e de criar territórios que as corporifiquem; ativação também da potência do homem da moral de fazer a consciência operar a circulação nos novos territórios que vão se criando; ativação da potência do pensamento de realizar o trânsito nada pacífico entre inconsciente e consciência, entre homem da ética e homem da moral, vetores da subjetividade absolutamente irredutíveis.

### **Progressistas & processistas**

À luz dessas idéias, deixa de surpreender o fato de que a conquista da cidadania em alguns dos ditos países do Norte, tanto a Leste como a Oeste, não tenha se acompanhado necessariamente da conquista de uma melhor qualidade de vida em outros níveis. É que quando o que está em jogo é o favorecimento da vida em sua potência criadora, a conquista da cidadania, embora necessária, é insuficiente, pois ela pode coexistir com projetos desfavorecedores promovidos pelas ilusões do homem da moral, quando esse vetor é demasiadamente poderoso. Mas como redefinir o que é ser progressista hoje, livrando-nos dessas ilusões? Como recolocar a questão da qualidade de existência individual e coletiva, já que esta continua sendo para muitos de nós uma questão fundamental e que mobiliza nosso desejo?

As colocações feitas até aqui nos fazem vislumbrar que a crise que estamos vivendo provavelmente não se deva apenas ao desmoronamento do muro dos ideais que nos guiavam. Mais radicalmente, ela pode ter a ver com o desmoronamento de um modo de subjetivação onde predomina soberano o homem da moral, modo constituído exatamente por um muro de ideais, cortina de ferro que delimita um suposto espaço de nossa suposta unidade, escudo racista contra a alteridade. A crise não se deveria apenas ao des-hasteamento de uma determinada bandeira - a do comunismo, no caso: aquela imagem a que assistimos, atônitos, em

todas as TVs do mundo é talvez a imagem do des-hasteamento de toda e qualquer espécie de bandeira. Não seriam bandeiras de novos ideais o que nos tiraria da crise (aliás, tem sido mais do que preocupante a proliferação de bandeiras étnicas, religiosas, etc., hasteadas com ou sem fanatismo, desde que foi des-hasteada a bandeira do comunismo, que por tanto tempo sustentou a subjetividade de uma parte do planeta); o que, evidentemente, não quer dizer que o que resolveria seria a retomada de bandeiras de velhos ideais. Quem hasteia bandeiras é o homem da moral, e com certeza não é contando só com ele que sairemos desta crise.

A meu ver, o que pode reverter a situação pela qual estamos passando é exatamente o fortalecimento e/ou a criação de condições que viabilizem essa ampliação da subjetividade para aquém e para além do homem da moral, através da ativação do homem da ética, para que possa desenvolver-se uma nova atitude política, aquém e além do apenas correto. Há sinais de que isto já está acontecendo.

Para esse modo de subjetivação, o amor pela liberdade é de outra ordem que a de uma esperança - independentemente do alvo dessa esperança ser a realização de um ideal "revolucionário", ou de um ideal de conquista de segurança (e tanto faz que se espere obter essa segurança através de uma assistência garantida pelo Estado ou através da formação de um patrimônio e da acumulação de capital). A esperança, sentimento comum no modo de subjetivação onde reina soberano o homem da moral, é fruto da ilusão de uma consciência que alucina um mundo estável, porque tem que responder a uma impossibilidade de lidar com o caos e o devir.

A questão, para uma subjetividade onde habita um homem da ética, não é nem a da esperança, nem a da desesperança; nem a do otimismo, nem a do pessimismo. Tais pares constituem pólos de uma mesma ilusão, que consiste em confundir ordem com equilíbrio e em sonhar com a segurança de uma ordem estável que acontecerá (quando se é otimista e esperançoso), ou que não acontecerá (quando se é pessimista e desesperançoso): neste caso, se reconhece a instabilidade, mas só se consegue entendê-la como anunciadora do apocalipse. Quando se confunde liberdade com esperança, há grandes chances de se permanecer anestesiado à produção de diferença e produzir, com isso, um enfraquecimento da potência criadora da vida: anestesia e impotencialização promovidas pela tirania do homem da moral que nos habita, nossa neurose.

### **Ecologia da subjetividade e reivenção da democracia**

A conquista da liberdade, tal como a concebe um modo de subjetivação em que ativou-se o vetor homem da ética, não se passa apenas no plano dos ideais, mas num verdadeiro processo de mutação da subjetividade, em que abandonamos nossa carcaça de unidade individuada e isolável, tão ilusória e mesmo assim tão poderosa em seus efeitos devastadores. Conquistar a liberdade é conquistar a capacidade de selecionar e de tomar decisões a favor das diferenças, decisões que são disparadoras de processualidade. Mas isso só é possível se nos livramos da tutela do terror, para que o pensamento não fique mais a serviço exclusivo da consciência e possa desenvolver seu trabalho na perambulação entre o invisível e o visível.

É neste ponto que se encontra, a meu ver, a dificuldade maior, às vezes até intransponível. É que livrar-se da tutela do terror passa por reconhecê-lo e enfrentá-lo: atravessar o terror que a alteridade mobiliza em nossa alma, terror ao caos e à incerteza criadora, e que faz de nós presas fáceis de bandeiras idealizadoras. O desafio que essa travessia nos coloca é que ela implica em vencer a imensa força de resistência contra o devir, promovida pelo terror. É só vencendo essa força que se torna possível desobstruir o acesso à experimentação do devir: descobrir que essa experimentação não é desintegradora, ativar essa experimentação, afirmá-la na subjetividade.

Lutar contra o poder da resistência à diferenciação, driblar suas artimanhas requer um trabalho exaustivo e de grande sutileza. Reinventar a democracia, hoje, passa certamente por enfrentar a complexidade desse trabalho, começando esse enfrentamento em nossa própria alma...

---

<sup>1</sup> Este texto é a reelaboração, consideravelmente transformada, de uma fala proferida na mesa-redonda "Cidadania e alteridade", no IV Encontro Regional de Psicologia Social da ABRAPSO, no dia 30/05/92, na PUC, São Paulo. Uma primeira versão deste texto, bem mais próxima da palestra, foi publicada na Seção Ponto e Contraponto, do *Boletim de Novidades, Pulsional - Centro de Psicanálise*, Ano V, nº 41: 33-42. São Paulo, Livraria Pulsional, setembro de 1992.

<sup>2</sup> Psicanalista. Professora Titular da PUC/SP e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados de Psicologia Clínica. Autora de *Cartografia Sentimental. Transformações contemporâneas do desejo*. Estação Liberdade, São Paulo, 1989; co-autora com Félix Guattari de *Micropolítica. Cartografias do desejo*. Vozes, São Paulo, 3ª edição 1993; organizadora e tradutora da coletânea de textos de Félix Guattari, *Revolução Molecular. Pulsações políticas do desejo*. Brasiliense, São Paulo, 3ª edição 1987.



---

<sup>3</sup> Cf. Prigogine, Ilya, *O Nascimento do Tempo*. Edições 70, Lisboa, 1990.

<sup>4</sup> Cf. Prigogine, Ilya, op. cit.

<sup>5</sup> A idéia de "homem da moral" e "homem da ética" tem origem no texto de Gilles Deleuze "Sur la différence de l'Éthique avec une Morale", segundo capítulo do livro: *Spinoza - Philosophie pratique* (Minuit, Paris, 1981). Existe uma tradução desse livro para o português (*Spinoza e os signos*. Ed. Res, Col. Substância, Série Filosofia, Porto, s/ data), mas que corresponde à primeira versão dessa obra de Deleuze (P.U.F., Paris, 1970), consideravelmente modificada e aumentada na versão que utilizamos no presente trabalho (segunda edição, 1981).

<sup>6</sup> Essa idéia me foi sugerida por Luis B. Orlandi, em conversa informal sobre o tema.

<sup>7</sup> Essa idéia - base, aliás, do tema central do presente texto - me foi sugerida por Paulo César Lopes. Em sua primeira viagem à França, chamou sua atenção o modo de relação com o outro que observou naquele país, muito diferente do Brasil neste aspecto. Um modo marcado por um paradoxo: um sólido reconhecimento do outro em seus direitos, o que se traduz por uma espécie de distância respeitosa (a forte presença da democracia no cotidiano, que no Brasil apenas recentemente começa a se esboçar); mas, em relação ao lado invisível da alteridade, há uma espécie de dissociação, que faz com que aquela distância de cidadão civilizado se expresse como distância afetiva (isso produz um cotidiano de isolamento, frieza e falta de criatividade, que em muito difere do cotidiano brasileiro).